

Deportação ou integração. Os dilemas negros de Lincoln¹

Vitor Izecksohn

Este artigo discutirá a transformação na posição de Abraham Lincoln (1809-1865) em relação à emancipação escrava nos EUA. Meu foco é a transição de uma perspectiva colonizadora, favorável à deportação dos negros emancipados, para uma posição próxima à integração, isto é, à permanência dos ex-escravos e dos negros livres no território norte-americano na sequência à abolição. Esta última perspectiva afirmaria a adesão dos libertos ao conjunto de direitos estabelecidos pela Declaração de Independência (1776) e consagrados pela Constituição (1787), especificamente sua inclusão aos preceitos igualitários contidos naqueles documentos fundadores.

Na análise da variação do pensamento de Lincoln destacarei três elementos importantes para a compreensão dos paradoxos apresentados na reflexão sobre a convivência entre as raças, a saber: as origens intelectuais na política Whig, o debate sobre a questão do “solo livre” (nos anos 1840 e 1850) e a política presidencial, especialmente no que alude ao equilíbrio no interior da coalizão de guerra liderada pelo Partido Republicano.² Destacarei, a partir de cada um desses elementos, os dilemas enfrentados, sublinhando as alternativas possíveis e o papel do indivíduo no devir dos acontecimentos. No caso em relevo, pode-se dizer que raramente uma personalidade abraçou seu destino com tanta relutância quanto o presidente que comandou o processo de unificação da União norte-americana. Que fatores impulsionaram essa transformação? Qual a consistência desse comprometimento no que se refere à assimilação dos negros e dos libertos ao conjunto de direitos desfrutados pelos homens brancos? Qual a natureza do impacto de situações de emergência constitucional sobre concepções firmemente arraigadas no senso comum estadunidense?

O papel de Lincoln na condução dos acontecimentos que possibilitaram a emancipação é tema controverso, com pelo menos duas posições historiográficas mais fortes:

A primeira é hagiográfica, apresentando o presidente americano como o “grande emancipador” – um herói da causa da abolição cuja ação política pautou-se pela moderação na condução da guerra, submetendo o clamor da emancipação à primazia da unidade nacional. Esta perspectiva foi reforçada a partir do final da Guerra Civil pelo culto do mártir, assassinado numa sexta-feira santa, poucas semanas após iniciar seu segundo mandato.³ Nesse caso, o culto à figura histórica beneficiou-se da ambiguidade essencial que a marcou após a morte trágica, permitindo que Lincoln fosse citado na defesa de perspectivas contrastantes.

A segunda posição é cética face ao equilíbrio entre o idealismo e o pragmatismo do personagem. Ela foi estabelecida durante a era dos direitos civis, ressaltando, simultaneamente, a lentidão do processo decisório que levou à emancipação e a hesitação do líder republicano quanto à concessão da igualdade racial nos planos civil e político. Para essa última corrente Lincoln teria sido negligente em relação ao caráter da abolição, cedendo demais em nome de compromissos políticos com grupos mais conservadores. Sua morte repentina poupou-o de enfrentar os desafios do período da Reconstrução (1865-1877), quando a questão dos direitos dos ex-escravos assumiu um papel central no debate político norte-americano. Os céticos associam Lincoln e boa parte dos republicanos de centro ao campo da supremacia branca, destacando os limites ideológicos do Partido Republicano no que tange às barreiras impostas à extensão dos direitos consagrados pela Constituição tanto aos ex-escravos como a parcela negra que já era livre antes de iniciarem-se as hostilidades entre os estados.⁴

Poucos historiadores contemporâneos estariam dispostos a endossar, sem reservas, qualquer uma das perspectivas apresentadas acima. O estudo da trajetória individual que aqui proponho entende que a relação entre ideias e interesses tal como refletida pela personalidade de Lincoln foi bem mais com-

plexa e sutil do que pretendem as correntes assinaladas. Ao longo do texto indicarei a posição de alguns autores que participam ou participaram do debate, citando, simultaneamente, as posições de Lincoln tal como registradas por seus compiladores.

A homogeneidade racial no contexto do excepcionalismo norte-americano

Como outros políticos do seu tempo Lincoln era herdeiro dos impasses do período constitucional, quando questões fundamentais para o exercício do voto e para a operação do sistema de governo foram acomodadas visando à ratificação daquele documento. Após a vitória na Guerra de Independência, a corrente Federalista lutou pela articulação de treze estados semi-independentes “numa União mais perfeita”. O compromisso que abriu caminho à ratificação da Constituição federal postergou a solução de questões polêmicas, tais como: a nacionalização da cidadania, a abolição da escravidão e a colonização de novos territórios. A igualdade pretendida na Declaração da Independência (1776) foi atribuída pelos pais fundadores apenas aos homens brancos. Aos seus olhos, esses habitantes dos EUA compunham uma sociedade excepcional. A singularidade de sua condição derivava tanto do grau de liberdade individual de que dispunham quanto da ampla tolerância religiosa vigente, reforçando entre os patriarcas a certeza de disporem de prerrogativas extraordinárias, ausentes da vida das demais nações. O excepcionalismo, desde então, constituiu a doutrina justificadora da posição particular dos EUA no mundo, estabelecida a partir da conjunção das convicções religiosas não conformistas às experiências pessoais num ambiente hostil. Essa doutrina era encorpada pelo orgulho cívico dos habitantes das antigas colônias, cujo patriotismo ainda não estava associado às noções de pátria ou território, escorando-se antes sob princípios que eram simplesmente proclamados como *democráticos*. Esses colonos, que se percebiam como o povo eleito do Antigo Testamento, representavam sua sociedade como “uma cidade na colina”, isto é, como um modelo exemplar de organização social e política com uma missão a cumprir no concerto das nações.⁵

Nem todos os grupos sociais, entretanto, podiam desfrutar dos privilégios associados a essa condição. Havia dificuldades para enquadrar os católicos, subordinados ao Papa e, por essa razão, discriminados como súditos de um monarca absolutista. Esses indivíduos ainda conseguiam ser nivelados aos demais pela cor da pele, a despeito de professarem uma religião cuja liturgia era desvalorizada pelo republicanismo estadunidense. As palavras de um dos pais fundadores, ao discorrer sobre os perigos associados à recepção de súditos de quaisquer regimes absolutistas, não deixam dúvidas sobre as possibilidades de assimilação dos católicos à cultura cívica local:

Eles trarão consigo os princípios dos governos sob os quais vivem, embebidos durante sua juventude; ou, se forem hábeis a descartá-los, isso se dará em troca de uma licenciosidade ilimitada, passando, como é usual, de um extremo ao outro. Seria um milagre se conseguissem parar no ponto exato da liberdade moderada.⁶

Índios e negros encontravam-se excluídos de uma forma mais profunda e duradoura. Os primeiros considerados membros de nações estrangeiras, sujeitos a tratados que os afastavam progressivamente das suas terras. Já a presença dos negros (fossem eles livres ou escravos) era vista como temporária, uma aberração passível de extinção progressiva frente ao avanço conjugado das forças da democracia e do capitalismo. O otimismo quanto à extinção progressiva da escravidão não era acompanhado de uma posição mais clara sobre o destino dos ex-escravos a longo prazo. Mesmo que a escravidão já fosse então condenada por algumas correntes religiosas, a aceitação do negro como “um igual” constituía uma posição rara também entre aqueles que denunciavam a “instituição peculiar” como um pecado.⁷

Se a escravidão foi precocemente condenada por algumas denominações protestantes, também foi alvo de censura por parte de lideranças políticas de expressão. Desde o início da República os críticos laicos da escravidão revelaram-se igualmente cétricos quanto ao destino dos escravos no pós-abolição. Para Thomas Jefferson, redator da Declaração de Independência, a colonização constituía a principal solução para resolver os problemas originados pela convivência entre as raças. Jefferson, um dos prin-

cipais defensores da expansão do voto entre os homens brancos, também era um senhor de escravos no seu estado, a Virginia. Sua posição sobre o assunto associava a aceitação da escravidão (como um mal necessário) à previsão de sua substituição progressiva, seguida pela expansão de uma população branca pelo continente. Através dessa “marcha” os valores da democracia em formação transformariam a jovem nação num império para a liberdade. Virtude cívica e expansionismo territorial aliavam-se no ideário jeffersoniano à homogeneidade racial. Por essa razão, a convivência de raças diferentes (a não ser na relação de dominação) seria impossível. Segundo Jefferson, a permanência dos negros na América levaria à cisão da sociedade entre os dois grupos raciais, além de gerar um forte preconceito que comprometeria a harmonia social. Numa das passagens mais famosas sobre o assunto, Jefferson especulou sobre a impossibilidade de convivência entre duas raças livres, afirmando que:

Não é menos certo que duas raças, igualmente livres, não podem viver sob o mesmo governo. A Natureza, os hábitos e as opiniões desenharam linhas de distinção indelévels entre as duas raças. Ainda nos é possível dirigir o processo de emancipação e deportação pacificamente e sob um grau tão vagaroso que o mal se dissipará insensivelmente, e seu lugar será *pari passu* ocupado por trabalhadores brancos livres.⁸

Aos negros restaria o retorno à África, possibilidade fortalecida pela criação da Sociedade Colonizadora Americana, em 1816. Esta organização surgiu dos esforços do pastor Robert Finley e de políticos de expressão a ele relacionados, incluindo o futuro secretário de Estado Henry Clay, que chegaria a presidência da organização, anos mais tarde. Ela levou à invenção da República da Libéria, um enclave criado no noroeste africano durante o governo do presidente James Monroe, com o objetivo de receber ex-escravos e negros livres. A Libéria tornar-se-ia um país independente em 1842, mas nunca conseguiu se constituir como uma opção efetiva para o projeto de colonização de alguns abolicionistas. Sua criação foi constantemente criticada pelas lideranças negras e por setores abolicionistas não comprometidos com a deportação dos libertos. Uma década depois da independência liberiana, um negro livre de Illinois, expressou o repúdio em relação à viabilidade da volta à África, declarando a seu interlocutor que “Prefer[ia] ser oprimido que me tornar o opressor”.⁹

A despeito do fracasso da aventura liberiana, o pensamento emigracionista persistiu, com pequenas mudanças de destino, tornando-se a opção mais comum da maioria das forças políticas que resistiram à expansão da escravidão para o Oeste americano. O Haiti, o Panamá, a Nicarágua e o próprio Texas foram aventados como possíveis destinos para os negros livres. Os indivíduos que se opunham à escravidão por princípio tendiam, como o próprio Jefferson, a guardar sérias dúvidas de que o preconceito racial prevalecente em todos os estados da federação pudesse um dia ser superado. Lincoln compartilhou durante boa parte de sua vida dessa mesma suspeição.

A escravidão viabilizada

Ao longo da primeira metade do século XIX pouco mudou na visão que as lideranças brancas tinham sobre o negro. O nacionalismo esposado por grande parcela da sociedade pautava-se por uma visão homogênea e restrita da formação social, na qual individualismo, mobilidade e expansão vinculavam-se aos brancos protestantes. Nem mesmo o surgimento de um movimento abolicionista radical na década de 1830, alicerçado na proposição de uma emancipação imediata e sem indenização, foi capaz de contaminar de maneira efetiva a população americana. O chamado “abolicionismo imediatista” manteve-se restrito a uma minoria de ativistas religiosos, com pouca repercussão entre os demais cidadãos, comportamento seguido pelas lideranças políticas, que procuraram ignorar suas demandas quando não as criticaram abertamente, tal como deixou claro um importante político do Norte quando observou que “tudo o que essa gente [abolicionistas] agitadora tem feito tem contribuído, não para aumentar, senão para restringir, não para libertar, senão para prender mais ainda a população escrava do Sul”.¹⁰

O desenvolvimento de uma perspectiva expansionista, pautada pela ideia do *Destino Manifesto*, pouco modificou a visão estereotipada do negro: o Oeste seria aberto, mas sua ocupação era uma prerrogativa caucasiana, em qualquer das vertentes principais: fosse a escravista, que propunha a constante expansão de grupos senhorias e seus plantéis; fosse a do solo livre, pouco propensa a aceitação de outras raças ou grupos no processo de ocupação familiar das novas terras. A expansão territorial era uma demanda popular tanto no Norte quanto no Sul, por associar-se à ideia de que a nação se perpetuaria através da multiplicação de agricultores independentes. A criação do Partido Democrata na década de 1830 e a expansão do voto popular ao longo das décadas que se seguiram associaram-se ao mito da fronteira em expansão, mantendo a população negra à margem da ampliação dos direitos associados à cidadania.

A interrupção do tráfico transatlântico em 1808 tornou o crescimento da população escrava majoritariamente dependente da reprodução endógena, circunstância que, em outras regiões do continente contribuiu para o rápido decréscimo da população cativa. Para surpresa dos setores filantrópicos, a abolição do tráfico foi acompanhada de um crescimento significativo do contingente escravo no Sul dos EUA, constituindo fenômeno único nas Américas. O crescimento constante da população cativa, aliado à expansão do cultivo algodoeiro, reforçou a posição dos setores escravistas que paulatinamente assumiram uma atitude agressiva na política norte-americana, demandando territórios, financiamento e proteção por parte do Estado. A perspectiva de extinção progressiva dissipou-se quando se tornou evidente que o progresso econômico não era incompatível com a manutenção do trabalho escravo. Foi sob o pano de fundo da crescente tensão expansionista entre as forças da escravidão e os partidários do trabalho livre que Lincoln socializou-se e iniciou suas atividades públicas.

Tabela I – Crescimento da população escrava no Sul dos EUA, 1790-1860

1790	% Regional	1860	% Regional
657.527	94.2%	3.953.696	100.0%

Fonte: Peter Kolchin, *American Slavery, 1619-1877*, p. 242.¹¹

As muitas vidas de Abraham Lincoln

Abraham Lincoln nasceu no estado sulista do Kentucky, numa família de pequenos agricultores. O estado constituía uma região fronteira, ocupada tanto por fazendeiros escravistas como por trabalhadores livres. A posse de escravos no estado restringia-se à região sul, sendo pouco disseminada entre as famílias mais pobres. Portanto, agricultura familiar e propriedades escravistas conviviam no estado desde os primeiros anos de sua ocupação, no final do século XVIII. Posteriormente Lincoln transferiu-se com o resto da família para o Meio-Oeste, mais especificamente para Indiana, onde o futuro presidente residiu até os 21 anos de idade. A saída da casa paterna foi acompanhada de outra migração, num padrão bastante representativo da mobilidade geográfica daquela geração. No estado de Illinois, onde Lincoln se estabeleceu, o futuro presidente fez carreira como balconista e advogado antes de ingressar na política. A visão corrente no estado era profundamente racista, apesar da existência de uma minoria crítica à escravidão. Como outros estados do Meio-Oeste, Illinois foi colonizado por uma população migrante bastante heterogênea, cujas posições políticas guardavam relação com a diversidade de origens geográficas e religiosas dos novos moradores. A porção sul do estado foi povoada majoritariamente por colonos provenientes do estado do Kentucky. Muitos desses imigrantes possuíam vínculos com o Sul, sendo esse o caso da futura esposa de Lincoln, Mary Todd. Durante anos, migrantes vindos da Virgínia em direção ao vizinho Missouri podiam eventualmente passar com seus escravos, atravessando territórios do sul e do centro do estado. O caráter transitório dessa migração impedia que o *status* dos cativos fosse contestado por veleidades libertárias. A porção norte do estado foi colonizada por migrantes

provenientes principalmente da Nova Inglaterra e do estado de Nova Iorque, contando com uma população a qual era majoritariamente antiescravista, sem, necessariamente, deixar de ser preconceituosa. Finalmente, no centro, região na qual Lincoln se fixou e a partir da qual foi eleito para todos os cargos públicos subsequentes, as posições mais radicais do norte e do sul eram moderadas, distantes, dessa forma, da negação ou do apoio explícito ao expansionismo escravista.¹²

Portanto, apesar de constituir território livre, a escravidão não era alheia aos habitantes do estado, que guardariam ao longo do período anterior à Guerra Civil uma relação ambígua com a própria instituição e com aqueles que pretendiam reformá-la. Importante notar que medidas que poderiam proporcionar uma maior integração, tais como a permissão para que negros e brancos viajassem nos mesmos vagões ferroviários, só seriam efetivamente tomadas ao final da guerra, quando o novo panorama tornou inaceitável o funcionamento dos famigerados “códigos negros”, que limitavam a convivência física de negros e brancos nos mesmos espaços. Esses códigos eram amparados pela lei em vários estados do Meio-Oeste nos quais a escravidão fora banida.¹³

Desde sua admissão como estado, em 1818, as consultas feitas à população através das eleições periódicas registraram uma dupla preferência, minutada pelos debates das diferentes legislaturas estaduais: Illinois deveria constituir território livre, isto é, sem escravidão, respeitando as cláusulas estipuladas pelas ordenanças do noroeste (1787) e pela compromisso do Missouri (1820), que traçavam uma linha de exclusão para os territórios escravistas. Simultaneamente, a população expressava o desejo de banir a escravidão e limitar os direitos dos poucos negros livres residentes. Medidas nessa direção incluíam a proibição à entrada de novos imigrantes, a aplicação de multas aos brancos que os ajudassem, a exclusão dos negros ao direito de voto e o impedimento a sua participação como membros tanto do júri quanto das milícias, que foram consagradas na reforma da constituição estadual em 1848. Tais políticas não constituíam uma aberração nos estados do norte. Com a exceção da Nova Inglaterra, grande parte dos estados nortistas associou a abolição progressiva à segregação política e social da minoria negra. O temor não se dirigia apenas à possível desvalorização do trabalho dos brancos pobres face à possível competição oferecida pelos libertos, relacionando-se, também, a uma questão nitidamente racial, a saber: o receio de que uma população liberta ou fugitiva transformasse em poucos anos a região numa sociedade multirracial, na qual casamentos mistos tornar-se-iam comuns. A fuga constante de escravos do Sul, que elegiam o estado como rota de fuga, potencializava esses receios, transformando-os numa espécie de paranoia regional.¹⁴

No contexto acima descrito, a militância abolicionista, presente no estado desde o início da década de 1830, teve apelo reduzido. O mais famoso dos abolicionistas de Illinois, Elijah Lovejoy, editor de um jornal na cidade de Alton, foi linchado por uma multidão em 1836, tornando-se um mártir nacional do movimento. O martírio de Lovejoy não tornaria o abolicionismo popular no estado, situação comprovada por um relatório da Câmara Estadual publicado pouco depois, cujo conteúdo ressaltava a oposição daquela assembleia à formação de novas sociedades abolicionistas. Dessa forma, a opção pelo trabalho livre e a questão da convivência entre as raças permaneceram assuntos distintos. Quando o povo de Illinois decidiu que o estado seria livre, é provável que muitos eleitores tenham entendido que o mesmo estaria livre de ambos: da escravidão e dos negros.¹⁵

Nesse momento de sua vida Lincoln associava-se ao Partido Whig. Tratava-se de uma agremiação criada entre os anos de 1833-1834 por opositores do presidente Andrew Jackson (1829-1832). Os Whigs opunham-se à obstinação do presidente em remover depósitos federais do segundo banco dos Estados Unidos. Também divergiam de uma série de políticas implementadas pelos democratas para o preenchimento de cargos no governo federal. Seu programa de governo pautava-se pela proposição de um maior número de obras públicas e pela diversificação das atividades econômicas. Esse último ponto tinha apelo especial para os Whigs do Sul, onde crises periódicas afetavam o funcionamento da monocultura. Para facilitar o desenvolvimento econômico e o aumento da riqueza essas políticas deveriam

ser acompanhadas pela introdução de tarifas protecionistas. Ao conjunto de medidas propostas foi associado o termo “sistema americano” em alusão à proposta de Henry Clay, um dos seus mais destacados líderes e principal referência do jovem Lincoln. Clay acreditava que através da imposição de tarifas protecionistas e de um amplo programa de obras públicas seria possível aumentar a interdependência entre as regiões, fortalecendo a União. Muitos Whigs respeitavam essas proposições ainda que poucos deles tenham levado avante o cumprimento dessas metas, quando no governo.

Ao nível nacional a plataforma Whig possuía menor apelo popular. Mas muitas das suas demandas eram bem recebidas nos estados, especialmente no que se refere ao fortalecimento do Poder Legislativo em face da arrogância demonstrada pelo presidente Jackson, manifesta em seguidos desrespeitos aos outros poderes. Ainda que muitos Whigs moderados, como o próprio Lincoln, se opusessem à retórica empregada pelos abolicionistas, esses mesmos indivíduos associavam-se às lideranças religiosas que criticavam a escravidão por questões de princípio. As críticas à escravidão por parte das lideranças Whigs eram feitas de maneira moderada, para evitar conflitos com a facção sulista do partido. Daniel Webster, do estado nortista de Massachusetts, formulou uma apreciação branda sobre os limites da questão, durante debates no Congresso, em 1830, enfatizando que “[A] escravidão, tal como existe nos estados, encontra-se além da competência do Congresso...[Como] se trata de uma questão particular dos estados... [e] o Congresso não tem poder sobre isso”. Webster concluía que ele não “cooperaria em qualquer ato, medida, ameaça, ou indicação de proposta, que pudesse interferir com a autoridade exclusiva dos diversos estados sobre o objeto da escravidão tal como ela existe nos seus respectivos limites”. Como outros problemas do período, esse era um assunto interno, cuja competência caberia somente aos governos estaduais resolver. Os dois grandes partidos políticos manteriam o assunto, tanto quanto possível, fora do debate nacional. O intervencionismo proposto pelos Whigs restringia-se à esfera econômica, não a questões referentes à organização social dos estados.¹⁶

Aos poucos, os críticos da escravidão e os partidários de reformas nas áreas da temperança e do nativismo se aglutinariam numa facção interna, os Whigs de consciência. Essa facção, das menos populares do partido na década de 1840, fazia a ponte entre aqueles que se pautavam pelo conjunto de reformas morais e as facções ligadas aos desdobramentos das transformações religiosas conhecidas como “o Segundo Grande Despertar”, ou seja, das correntes religiosas que rompiam com a ideia da predestinação divina, tal como esposada pelos calvinistas, reservando à ação individual um papel de destaque no combate aos pecados e vícios de homens e mulheres.

Em março de 1837 Lincoln coassinou um manifesto no qual antecipava algumas de suas futuras posições, definindo a escravidão como uma instituição “fundada em ambos: injustiça e má política”. No mesmo documento, o futuro presidente e seu parceiro, Dan Stone, concordavam que o Congresso Nacional não tinha o direito de intervir no funcionamento da instituição nos estados nos quais ela já existia, exceto no que se referia à situação no Distrito de Columbia, sítio da capital federal, no qual tanto a posse como o tráfico de escravos ainda eram atividades legais. Tratava-se de um manifesto brando centrado na defesa da supremacia dos estados frente ao governo federal, cujo intervencionismo era considerado anátema por ambos os partidos. O manifesto também criticava o movimento abolicionista, principalmente pelo prisma do estímulo ao facciosismo, e pelo apelo às paixões, assuntos tão caros aos federalistas quanto aos seus discípulos Whigs.

Frequentemente Lincoln parece ter sancionado as posições que prevaleciam na região central de Illinois, que alinhavam crítica à escravidão e indiferença para soluções institucionais mais profundas quanto à situação racial. Mas sua crença na inferioridade do negro parece ter sido relativizada por forte aversão moral à escravidão e seus efeitos. O que se sabe desse período sobre suas relações pessoais com negros em Illinois parece confirmar a visão que Frederick Douglas, o mais famoso abolicionista negro norte-americano, teria anos depois, quando o líder negro mostrou-se “impressionado com a total liberdade [de Lincoln] face ao preconceito popular em relação à raça”. Ausência de etiqueta racista e conta-

tos frequentes com alguns negros mais proeminentes, como seu próprio barbeiro, denotariam, em princípio, ausência de aversão. Mas tais preferências e comportamentos não o impeliram a tomar atitudes mais claras de denúncia. Pelo contrário, a opção pela deportação aparece no discurso fúnebre proferido por Lincoln em homenagem a Henry Clay em 1852, no qual se declarava um simpatizante da colonização, enfatizando que:

Se, como esperam os amigos da colonização, as gerações presentes e futuras sucederem em livrar nossa terra da presença perigosa da escravidão; e, ao mesmo tempo, restaurar o povo cativo a sua terra natal, com prospectos brilhantes para o futuro; e isso também, de forma tão gradual, que nenhuma das raças ou indivíduos sofrerá com a mudança, essa terá sido um realização gloriosa.¹⁷

As preocupações sobre a escravidão e os direitos dos negros livres aparecem muito pouco nos discursos das décadas de 1830 e 1840, ou, pelo menos, foram pouco registradas por seus biógrafos e comentaristas. Foi principalmente na década de 1850, quando várias questões ligadas à expansão da escravidão para os territórios tomados ao México impeliram o realinhamento partidário, tornando a discussão sobre a dimensão política da escravidão um ponto central do debate nacional, que o futuro presidente assumiu uma posição afirmativa no combate ao escravismo e suas consequências.

Expansão territorial, escravidão e realinhamento partidário

A guerra contra o México (1846-1848) foi criticada por um grande número de Whigs e por alguns democratas do Norte. Eles temiam que a anexação de novos territórios proporcionasse espaço político para a expansão da escravidão. Muitos também receavam que a expansão territorial alterasse a balança de poder entre as regiões em favor do Sul. Outros, ainda, opuseram-se ao caráter agressivo da política externa efetuada pelos Democratas. Em 1846, quando a guerra ainda estava em andamento, David Wilmot, um deputado democrata da Pensilvânia, apresentou uma resolução propondo a exclusão da escravidão dos novos territórios a serem adquiridos. Wilmot argumentava que sendo a escravidão proibida no México desde 1821, não faria sentido instituí-la novamente por decreto. Apesar da filiação democrata do proponente, a proposta recebeu o apoio generalizado dos Whigs do Norte, que também se mostraram menos propensos a rejeitá-la ou emendá-la que seus colegas sulistas. A emenda Wilmot, como a resolução ficaria conhecida, deu origem a debates amargos entre partidários e opositores da escravidão. A intensidade das discussões ameaçou seriamente a manutenção da unidade nacional. De acordo com David M. Potter, o debate a respeito da emenda Wilmot constituiu o clímax de uma série de rivalidades intrapartidárias que tinham caráter seccional, levando à quebra da disciplina das duas maiores agremiações e proporcionando o surgimento de alguns novos pequenos partidos, cujas plataformas eram bastante pontuais, englobando entre outros assuntos a defesa de legislação que garantisse o livre acesso à terra e o nativismo anticatólico.¹⁸

Os Whigs do Norte que eram críticos da escravidão o fizeram geralmente por ressentimento em relação ao poder político do Sul, concomitantemente ao desprezo que sentiam pelo desempenho da economia sulista. Essa atitude também refletia alguma simpatia pela população negra. Essa simpatia, entretanto, não deve ser tomada como ausência de preconceito, tal como explicado nas páginas precedentes. De qualquer forma, a posição desses críticos constituía uma disposição mais solidária ao negro, especialmente quando comparada à indiferença dos Democratas, que apoiaram com entusiasmo a proposta de um compromisso político que contentasse os representantes do Sul, mesmo que ao preço de concessões sobre acordos prévios que limitavam a expansão da escravidão para territórios originalmente destinados ao trabalho livre.

O compromisso de 1850 manteve a União ao preço de concessões feitas ao Sul. A principal delas foi a aprovação de uma nova lei dos escravos fugitivos, que permitia que delegados federais, atuando em cidades dos estados do Norte, capturassem pessoas suspeitas de terem fugido dos estados escravistas. Esta

antiga demanda sulista fazia parte da Constituição federal, mas o Compromisso ratificou uma atitude draconiana em relação aos fugitivos, atuando como uma garantia daquela forma de propriedade e, pretensamente (pelo menos), demonstrando a que ponto os sentimentos antisseparatistas podiam ser fortes nos estados livres. O compromisso foi ratificado pelas lideranças de ambos os partidos, mas causou forte ressentimento entre parcela expressiva dos Whigs do Norte. Especialmente entre os representantes mais jovens o compromisso ressoou como uma concessão excessiva a um poder que, perante seus olhos, fortalecia-se através da chantagem separatista. Curiosamente esses mesmos segmentos foram acompanhados no seu ceticismo por muitos delegados democratas do Sul. Estes últimos entendiam que o compromisso não lhes havia assegurado garantias suficientes de que seus direitos escravistas permaneceriam protegidos nas décadas seguintes, entendendo, antes, o compromisso como uma manobra sem maior consistência que seria eventualmente revista contra seus próprios interesses permanentes.¹⁹

A passagem do Ato do Kansas e do Nebraska, em maio de 1854, proporcionou o golpe que levou à desintegração do Partido Whig e à formação de uma agremiação puramente seccional, o Partido Republicano. Pelo ato, proposto pelo senador democrata por Illinois Stephen A. Douglas, a organização dos territórios, especialmente no que concernia ao processo de admissão dos mesmos como estados, deixava de ser regulamentada pelo governo federal, consagrando o princípio da soberania popular. Através da operação desse postulado os habitantes dos dois territórios determinariam se a escravidão deveria ou não ser autorizada. O problema com essa legislação encontrava-se no fato de ela romper com o limite da latitude 36° 30' consagrada quando Thomas Jefferson comprou o território da Louisiana aos franceses em 1803. O território do Nebraska encontrava-se situado acima da referida latitude constituindo, até então, área reservada apenas ao trabalho livre. Dessa forma, a ação do senador Douglas rompia com os limites estipulados pelo compromisso do Missouri. A medida foi associada por alguns nortistas a uma conspiração para estender a escravidão além dos limites tolerados e uma prova de que os sulistas não se contentariam com os benefícios que lhes tinham sido outorgados pelo compromisso de 1850, do qual Douglas havia sido um dos artífices.

No território do Kansas, migrantes vindos do Norte, a maioria dos quais era favorável ao trabalho livre, bateram-se contra colonos vindos do Sul e com invasores ocasionais (migrando do Missouri), que se mostraram igualmente convictos de que o território deveria admitir o trabalho escravo. As escaramuças entre os dois lados foram acompanhadas pela formação de dois governos locais rivais que proclamavam representar o território, demonstrando os efeitos perversos da aplicação do conceito de soberania popular às áreas de fronteira. A controvérsia a respeito da escravidão entrava numa nova etapa que se mostraria profundamente nociva para o funcionamento do sistema partidário. Os dois principais partidos não mais conseguiriam excluir as divergências seccionais do debate parlamentar, dividindo-se em linhas geográficas claramente associadas às formas de trabalho livre ou escrava. As repercussões dessa controvérsia levaram os Whigs e outros grupos descontentes do Norte a alinharem-se num partido político seccional. A criação do Partido Republicano criou uma maioria antidemocrata no Norte e no Oeste do país, unindo grupos nativistas, reformistas e Whigs moderados num partido cuja principal plataforma era impedir a expansão da escravidão nos territórios.

No estado de Illinois como em outras partes do Meio-Oeste americano as repercussões da Guerra Civil no Kansas acirraram a competição política. Os defensores do trabalho livre, que começavam a se aglutinar no Partido Republicano, tiveram que enfrentar a questão do *status* do negro, até porque essa questão era essencial à defesa do trabalho livre e da vindicação dos territórios do Oeste. Por essa época, mesmo desdenhando a instituição, Lincoln não conseguia condenar o povo do Sul por este não libertar seus escravos. Ele admitiu não possuir soluções para os problemas que se seguiriam à emancipação, especialmente para a questão da igualdade política e social. A esse respeito, deixou claro que:

Meus sentimentos pessoais não admitiriam isso [a igualdade completa]; e mesmo que admitissem, sabemos bem que a massa dos homens brancos não admitiria... Um sentimento universal, seja ele bem ou mal-intencionado, não pode ser descartado. Não podemos, portanto, fazer deles nossos iguais.²⁰

Lincoln baseava sua ojeriza à escravidão na incompatibilidade daquela instituição com as doutrinas republicanas, tal como afirmadas pela Declaração de Independência. Sob esses parâmetros, negar a aplicação universal das tradições democráticas colocá-las-ia em risco. Mas as proclamações públicas não necessariamente reafirmavam as convicções privadas do futuro presidente. Numa carta dirigida a um correligionário de Springfield Lincoln deixava evidentes seus temores em relação à crescente onda de intolerância, temores esses que incluíam não apenas o progresso dos setores escravistas como também o fortalecimento das ideias nativistas em geral:

Nosso progresso na degeneração parece ir de vento em popa. Iniciamo-nos como nação declarando que “todos os homens são criados iguais”. Atualmente, praticamente lemos que “todos os homens são criados iguais exceto os negros”. [Em breve] leremos que “todos os homens são criados iguais, exceto os negros, os estrangeiros e os católicos”.²¹

A corrente crítica à situação do Kansas não constituía uma força majoritária nos estados do Meio-Oeste. Ao longo da década de 1850 o debate entre defensores e opositores das disposições do Kansas colocou muitas vezes os setores antiescravistas na defensiva. Esse foi o caso de Illinois, cuja grande liderança era o democrata Douglas, autor da lei cuja aplicação ajudara a destruir o Partido Whig. O “pequeno gigante” (como Douglas era conhecido devido à sua baixa estatura) era um dos políticos mais populares do país e um líder incontestado do Partido Democrata, com claras ambições presidenciais. Suas políticas para o estado possuíam uma perspectiva bastante modernizante, incluindo a transformação da cidade de Chicago num grande entroncamento ferroviário da futura linha transcontinental que conectaria a Costa Leste à Califórnia. Em 1858, Lincoln candidatou-se ao senado, desafiando Douglas numa série de debates que tiveram grande audiência e foram transcritos pela imprensa local. Nesses debates, Douglas atacou a posição republicana, associando o antiescravismo à defesa da igualdade racial, ponto altamente sensível para os eleitores do estado, cujo direito de voto, lembremos mais uma vez, era vedado para a minoria negra.

Ao longo da campanha senatorial de 1858 Lincoln constantemente precisou refutar a tese de que era um abolicionista e um proponente da união entre as raças. Num debate travado com Douglas na cidade de Charleston ele fez o pronunciamento que normalmente é associado à sua designação como adepto da supremacia racial:

Não sou nem nunca fui favorável à igualdade social e política entre brancos e negros. Não sou e nunca fui a favor de fazer deles eleitores ou membros do júri, nem de qualificá-los para exercer empregos públicos, nem sou favorável aos casamentos inter-raciais com brancos; e direi, em aditamento a isso, que existe uma diferença física entre as raças branca e negra que acredito impedirá para sempre que as duas raças vivam juntas em termos de igualdade social e política...²²

Na sequência a esse discurso Lincoln tentou ridicularizar Douglas, propondo a manutenção da lei que proibia casamentos inter-raciais, uma vez que Douglas e seus amigos pareciam temerosos de que viessem a casar-se com negros, caso não existissem leis prevenindo essa possibilidade. Na mesma linha, e sendo o *status* do negro uma questão estadual, Lincoln sugeriu que Douglas concorresse à legislatura do estado, ao invés de candidatar-se ao Senado, pois ali ele poderia empregar todos os seus esforços para a implementação de códigos negros mais severos. Apesar do bom humor, Lincoln perderia a eleição. Mas a campanha contra um dos mais populares políticos democratas e especialmente o bom desempenho nos debates públicos tornaram Lincoln um nome nacional e uma opção moderada para os republicanos nas eleições presidenciais de 1860.

Eleição e guerra

A vitória de Lincoln na convenção republicana, derrotando o ex-governador de Nova Iorque William Seward (conhecido por suas posições abolicionistas), demonstrou o pragmatismo dos delegados, no sentido de apontar uma candidatura de centro, que evitasse a rejeição dos setores mais conservadores. Lincoln não era muito conhecido fora do seu estado e sua crítica à escravidão era menos pronunciada que a de Seward. O partido apelava para o enorme eleitorado dos estados do Norte e do Oeste, com poucas ilusões quanto ao desempenho eleitoral nos estados do Sul. A divisão dos democratas, consequência da crise do Kansas, facilitou a eleição de Lincoln em novembro de 1860, levando os republicanos pela primeira vez à Casa Branca e, de quebra, derrotando seu antigo rival local, Stephen Douglas.

A plataforma do candidato era relativamente moderada pelos padrões do debate político da época. Lincoln não se opunha à manutenção da escravidão nos estados onde ela existia, mas era claramente contrário à sua expansão para o Oeste, seguindo o programa básico dos republicanos. Essa plataforma desagradava muitas lideranças nortistas, que a consideravam por demais conservadora. Descontentava também muitos sulistas, que temiam que o poder do governo federal viesse a ser utilizado para coagi-los e, no médio prazo, obter uma reforma constitucional que abolisse a escravidão em todos os estados da União.

Mas, nem mesmo a moderação demonstrada por Lincoln logo após serem conhecidos os resultados da eleição foi capaz de convencer os sulistas a permanecerem na União. A eleição foi seguida pelo processo de secessão. Num clima que mistura pânico, histeria e a extraordinária habilidade dos separatistas, convenção após convenção aprovaria a secessão dos diversos estados, num movimento que, iniciado na Carolina do Sul, abrangeria os estados do Sul profundo para, em alguns meses, expandir-se para quase todos os estados da região. Entre novembro de 1860 e abril de 1861 a maioria dos estados do Sul deixou a União para formar um novo país: os Estados Confederados da América. Nem todos os estados escravistas, entretanto, se separaram. Quatro estados fronteiriços: Kentucky, Maryland, Delaware e Missouri permaneceram. Em todas essas unidades a escravidão era legalmente sancionada, mas suas lideranças aceitaram a proposta presidencial de não interferência, levando em conta, provavelmente, os riscos de tornarem-se campos de batalha. A permanência dos chamados “*border states*” (estados tampões) foi essencial à condução da guerra, pelo menos durante os primeiros dois anos, quando esses mesmos estados serviram como “cabeças de ponte” para a invasão do Sul. Mas a permanência dos *Border States* também imobilizou a política presidencial em relação à abolição. Esse poder restritivo foi exposto pelo ministro da Guerra, Simon Cameron, numa carta escrita a um general da União em 8 de agosto de 1861, quando enfatizou que: “É o desejo do presidente [...] que todos os direitos atualmente existentes em todos os estados sejam totalmente respeitados e mantidos”.²³

A estratégia inicial das forças da União não incluía a abolição da escravatura, ou o alistamento de negros, seu corolário lógico. Muitos republicanos e seus aliados no Partido Democrata do Norte viam a guerra como uma contenda pela União, rejeitando as visões libertárias. Esses setores temiam o efeito que propostas abolicionistas poderiam ter sobre a opinião pública, especialmente no que se refere ao recrutamento. Muitos soldados se dispunham a lutar pela restauração da União, mas não necessariamente pela abolição. O comandante militar da região de Norfolk, estado da Virgínia, enfatizou essa restrição mesmo entre seus subordinados diretos ao relatar ao presidente que “a decidida maioria de nossos oficiais, de todas as patentes, não têm simpatia pela política [abolicionista]. Eles [os oficiais] odeiam o negro com mais intensidade do que o amor que sentem pela [preservação da] União”.²⁴ Tal como apontado no trabalho de George Fredrickson, esse tipo de atitude “sugere a limitação trágica da imaginação social branca durante o século XIX, especialmente sua inabilidade característica para visualizar uma sociedade birracial igualitária”.²⁵

O próprio Lincoln, durante os primeiros dois anos, parece ter acreditado na possibilidade do retorno dos estados do Sul, a partir da iniciativa dos grupos unionistas ali existentes.²⁶ Esses grupos eram

compostos majoritariamente por antigos correligionários Whigs, cujas relações pessoais parece terem sido subestimadas pelo presidente. A não interferência com a escravidão constituía um dos pilares da política oficial da administração, tal como foi sublinhado na mensagem ao Congresso enviada por Lincoln em dezembro de 1861:

Ao considerar a política adotada para suprimir a insurreição, eu tomei cuidado para que o conflito inevitável não degenerasse numa luta revolucionária. Pareceu-me apropriado, portanto, manter a integridade da União como o objetivo primário dessa contenda, deixando todas as [outras] questões, que não têm importância vital, para a ação deliberativa da legislatura [Congresso].²⁷

Um dos principais problemas para o recrutamento dos negros livres era justamente o preconceito existente quanto ao serviço militar. Durante a maior parte da história anterior à eclosão da Guerra Civil o recrutamento de negros, seja para o exército, seja para as milícias estaduais, foi bastante limitado. A participação nas milícias estaduais, reduto de onde era recrutada grande parte dos soldados do exército, implicava o direito à cidadania. Dessa forma, a discriminação nas forças armadas constituía uma barreira contra a concessão da igualdade de direitos àqueles indivíduos racialmente segregados. Uma atitude típica dessa forma de segregação foi a tomada pelo general Nathaniel P. Banks. Em 1859, na condição de governador do estado de Massachusetts, Banks vetou uma lei que admitia a participação de negros na milícia estadual sob o argumento de que essa lei violava a exclusividade do Ato da Milícia de 1792, que vedava a participação na mesma a não brancos.²⁸ No final da década de 1850 a Suprema Corte dos Estados Unidos expediu outra declaração com respeito à inferioridade dos Negros. Quando emitiu seu parecer no caso Dred Scott (que envolvia o pleito de liberdade de um escravo), o Presidente da Suprema Corte, Roger B. Taney, reafirmou a importância da exclusão racial no exército, utilizando termos que soam familiares para muitos habitantes brancos do Norte:

Nada poderia marcar mais fortemente a forte marca do inteiro repúdio da raça negra ...[que o fato de] não lhe ser permitido compartilhar uma das mais sagradas obrigações dos cidadãos... Ela não faz parte da soberania do estado, e, conseqüentemente, não é chamada para defendê-lo...²⁹

Ao longo da guerra essa perspectiva reacionária foi perdendo sentido. Por um lado, os exércitos da União não conseguiam impor uma derrota “definitiva” às forças confederadas. Uma sucessão de batalhas sangrentas aumentava o número de mortos e feridos e também a animosidade dos nortistas em relação ao Sul. Por outro lado, a organização social confederada mostrou-se mais consistente do que havia sido previsto no início da guerra. Os grupos de brancos não proprietários de escravos e os antigos Whigs não conseguiram trazer os estados da Confederação de volta, demonstrando a força do nacionalismo confederado. No Norte, a política da guerra andava mal e a administração era constantemente fustigada por críticos quanto ao excesso de moderação empregado para lidar com os sulistas. Ainda em 1861, o general John C. Frémont declarou livres todos os escravos do Kentucky. Temendo a reação dos aliados escravistas nos estados tampões e mesmo da opinião pública do Norte, Lincoln revogou a ordem, causando constrangimentos com os grupos reformistas. As relações entre as forças de ocupação e os negros do sul continuaram gerando problemas para a administração, pois a iniciativa dos próprios negros de fugirem para as linhas da União dificilmente poderia ser controlada pelas sanções legais da presidência, constituindo um dos principais desafios à administração central.

À medida que os soldados da União entravam pelo Sul, seus comandantes tinham que lidar com a multidão de escravos fugitivos que chegava aos acampamentos. Muitos escravos, sentindo próxima a presença do exército escapavam das plantações ou das obras militares nas quais estavam envolvidos. Inicialmente a política oficial foi devolver esses indivíduos a seus donos. Mas, a reação dos comandantes militares não era uniforme e as respostas acabavam dependendo mais das crenças individuais e das relações com os fugitivos do que da determinação de uma política específica para a situação. O general Benjamin Butler, à época exercendo o comando das forças da União na Virgínia, recusou-se a de-

volver os fugitivos, justificando que aqueles indivíduos constituíam “contrabando de guerra.” Daquele momento em diante os fugitivos passaram a ser denominados “contrabandos”. Tratava-se de uma categoria híbrida, pois a condição dos ex-cativos ficava sob a tutela dos comandantes militares. A justificativa de Butler associou o asilo aos escravos ao esforço de guerra. Os desempregados recebiam rações do exército que os mantinham em imensos acampamentos, nos quais alguns desses indivíduos passaram a receber instrução militar. A partir de então, um número crescente de fugitivos passou a ser empregado nos acampamentos, em apoio às tarefas combatentes. Na prática, o direito de propriedade escrava estava sendo destruído, faltava apenas a sanção legal.³⁰

A proclamação da emancipação

Em meados de julho de 1862 a opinião pública nos estados do Norte inclinou-se por medidas mais drásticas contra o Sul, especialmente no que se refere ao tratamento dos escravos e das propriedades abandonadas nas áreas confederadas. A afluência de centenas de milhares de escravos aos acampamentos dos soldados da União descortinou para muitos observadores as injustiças da escravidão. Os debates travados no Congresso durante a 37ª. legislatura registraram a intensidade dessa mudança.³¹ Por outro lado, o grande número de baixas aumentou o ressentimento contra os sulistas. Refletindo essas transformações, a administração federal tomou novas iniciativas que obedeciam à mudança nos rumos da campanha. Em 16 de abril Lincoln assinou um decreto finalmente abolindo a escravidão no Distrito de Columbia. Por volta de julho de 1862, a liderança republicana claramente favorecia a emancipação, mesmo que fosse justificada como uma medida de guerra. A enxurrada de leis reformistas daqueles poucos meses foi associada à capacidade da liderança republicana de aprender com a experiência, possivelmente uma das grandes qualidades dessa geração. Os contínuos reveses nos campos de batalha convenceram Lincoln de que a emancipação seria uma arma adequada para derrotar os confederados. Essa visão foi expressa pelo comandante em chefe do exército, general Henry H. Halleck, quando descreveu o novo estado de espírito da administração a um colega:

O caráter da Guerra mudou muito desde o ano passado. Agora não mais existe a possibilidade de reconciliação com os rebeldes. O partido da União no Sul encontra-se virtualmente destruído. Não pode haver qualquer paz que não seja aquela reforçada pela espada. Precisamos conquistar os rebeldes ou seremos conquistados por eles. O Norte deve destruir a oligarquia escravista [do contrário] nos tornaremos nós mesmos os escravos.³²

A legislação progressista fez parte de uma transformação profunda na justificativa da guerra, que passou a ser orientada pelo objetivo da destruição das bases do poder oligárquico sulista. A emancipação e o eventual recrutamento de soldados negros não constituíram eventos pré-ordenados; antes evoluindo das próprias necessidades criadas pela guerra. A demanda insaciável de soldados por parte do Exército da União, a mudança de atitude dos nortistas em relação ao recrutamento de negros, e o reconhecimento da escravidão como a questão central do conflito forçaram a administração republicana a posicionar-se em favor da abolição. Lincoln calibrou sua conduta das operações militares de acordo com a interseção entre preocupação militares e posicionamentos políticos, movendo-se além dos objetivos aos quais se encontrou inicialmente restrito para assumir a emancipação como um ponto essencial à vitória militar. Paralelamente, essa transformação desempenhou um papel crucial para o crescimento da autoridade do governo central, especialmente no que se referia à manutenção de um enorme exército. As tarefas do recrutamento foram pouco a pouco sendo retiradas do controle dos governadores e passando para o próprio secretário da Defesa, operando com uma rede de delegados federais. O cidadão comum nunca, até então, havia sentido tão próxima a presença do governo central.

Na reunião do gabinete realizada em julho de 1862 Lincoln apresentou a seus ministros a minuta da proclamação que emanciparia os escravos. Teria sido convencido por seu ex-rival, William Seward, então atuando como seu secretário de Estado, a apresentar a referida proposta somente quando a União

obtivesse uma vitória militar significativa. Do contrário, afirmava Seward, a medida poderia dar a impressão de desespero. Mesmo tendo já tomado a decisão e, apesar das enormes transformações processadas no estado da opinião pública, Lincoln continuaria insistindo que os negros livres deveriam deixar os Estados Unidos. Agora o destino não mais seria a Libéria, mas o Haiti, ou alguma outra região da América Latina, cujas terras seriam adquiridas para essa finalidade. Numa reunião com lideranças negras realizada na Casa Branca, em agosto de 1862, ele insistiu no tema, enfatizando que “nesse grande continente, nem um simples homem da sua raça poderá ser igualado a um simples homem da nossa... É melhor para todos nós, dessa forma, estar separados”.

A proclamação só foi tornada pública em setembro de 1862. Ela determinava que a menos que os rebeldes depusessem suas armas até 1º de janeiro de 1863, seus escravos seriam considerados livres. Os Estados Tampões (*Border States*) e outras áreas que contavam com uma população “de senhores de escravos leais” ficaram excluídos da proclamação. A declaração libertava principalmente os escravos residindo nos estados que se encontravam fora do controle da União, mas os fugitivos foram beneficiados. O *New York Times* de novembro de 1862 expressou o espírito pragmático da decisão presidencial:

A escravidão constitui um elemento prodigioso da força da rebelião. Ela multiplica o poder militar [dos confederados] – porque liberta cada homem branco do seu trabalho e o envia para os campos de batalha. Trata-se de uma poderosa arma nas mãos dos rebeldes... Por que não deveriam nossos militares tolher a revolta dessa arma...?³³

O texto da proclamação final foi finalizado no dia 31 de dezembro de 1862. Ainda no mesmo dia, o presidente associou sua assinatura a outro documento, que segundo o historiador Michael Vorenberg muitos de seus aderentes e apologistas póstumos gostariam de esquecer: um contrato com Bernard Kock, para o uso de fundos federais na remoção de cinco mil negros livres (incluindo mulheres e crianças) para a ilha de Vache, na costa da república do Haiti. Tratava-se do último esforço de Lincoln na área da colonização (ou deportação), executado apenas um dia antes da assinatura do documento que marcaria seu primeiro grande esforço oficial para abolir a escravidão nos Estados Unidos.³⁴

Conclusão

Ao longo do período que vai da Independência ao fim da Guerra Civil, as transformações lavradas no entendimento dos problemas da escravidão e do negro sujeitaram-se a considerações morais, relacionadas à evolução das concepções ligadas ao direito de propriedade e às conjunturas regionais específicas. A trajetória do 16º presidente dos Estados Unidos exprimiu os limites e as oportunidades proporcionadas pela ação política nos contextos da democracia jacksoniana (segundo sistema partidário) e da Guerra Civil. Lincoln fez parte de uma geração de políticos que unificou, num mesmo esforço, a busca da modernização e da diversificação das atividades econômicas a demandas por reformas sociais de amplo espectro. Lembro, entretanto, que essas demandas não eram consensuais, confrontando-se com alternativas que procuraram acomodar democracia, progresso material e expansão territorial à manutenção da escravidão.

A justaposição entre a colonização, uma política remanescente da posição da antiga geração, sobre escravos e negros livres, e a abolição total constitui um dos aspectos mais contraditórios da biografia de Abraham Lincoln. Nesse aspecto particular o líder republicano seguiu as ambivalências de dois importantes estadistas norte-americanos: Henry Clay e Thomas Jefferson. Durante boa parte da sua vida pública Lincoln parece ter sustentado o princípio de que toda questão firmemente estabelecida entre a opinião pública deveria ser respeitada. Isso fica claro no discurso proferido em 1842, quando o então jovem advogado sustentou que as posições da opinião pública eram derivadas da “providência” e somente mudariam no tempo estabelecido por ela. Claramente se a oposição à igualdade entre negros e brancos constituía uma forte convicção entre a opinião pública, Lincoln a respeitaria desde que isso não interferisse com seus princípios morais.

Sua posição política em Illinois e, posteriormente, como presidente da república procurou conciliar a crítica à escravidão e a separação das raças, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo eleitorado nortista durante o período jacksoniano. Os antigos Whigs ocupavam uma posição mais crítica que propositiva naquele contexto político, levando em conta que plataformas reformistas, especialmente o apelo a princípios morais, como a temperança, o nativismo e a restrição espacial da escravidão, não foram particularmente populares até a metade da década de 1850. Essa posição, portanto, foi de sustentação difícil, especialmente quando comparada ao discurso mais populista, esposado pelos democratas e seus aliados nos estados. Isso se dava porque as contradições e limites dos Whigs (e posteriormente dos republicanos mais conservadores) abriam o flanco tanto ao pensamento pró-escravista – bem mais consistente (pelo menos nesse sentido) – quanto aos ataques dos abolicionistas imediatistas, cujos discursos não buscavam conquistar votos, mas doutrinar almas e consciências. Dessa forma, a postura de Lincoln até a guerra equilibrou-se sobre três princípios: oposição moral à escravidão, aceitação da humanidade dos negros e uma posição conservadora no que se refere à perspectiva da igualdade racial nos Estados Unidos.

Possivelmente a sustentação de uma perspectiva emigracionista para os negros livres e ex-escravos atendeu à necessidade de balancear a abolição em relação aos temores da opinião pública nortista, especialmente nos redutos controlados pelos democratas. A deportação de uma população de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas era tarefa inexecutável tanto pelos custos envolvidos quanto pela impossibilidade de desviar recursos bélicos para tal. Mas a realização simultânea da abolição e da elevação dos negros à condição de cidadãos era tarefa cuja complexidade possivelmente exigiu bastante dissimulação da parte do presidente. Talvez a melhor ilustração dessa característica seja sua resposta às críticas do editor do *New York Tribune*, Horace Greeley, na qual Lincoln deixou claro que seu principal objetivo era salvar a União: “O que eu faço a respeito da escravidão, e da raça negra [...] Eu faço porque acredito que isso salve a União; e naquilo em que eu me omito, me omito porque não acredito que isso ajude a salvar a União”.³⁵

Transformações na natureza da guerra e no pensamento de parcelas da opinião pública impeliram mudanças na direção da abolição, que foram consagradas com a ratificação da 13ª emenda à Constituição em fevereiro de 1865. Esta emenda completou o processo aberto pela Proclamação de 1863, libertando finalmente os escravos nos estados e regiões leais ao governo. No final do seu primeiro mandato Lincoln também demonstrou uma mudança no entendimento da capacidade do negro para o exercício dos direitos políticos. Isso fica claro na mensagem enviada ao novo governador eleito do estado sulista da Louisiana, a quem recomendou que aproveitasse a realização de uma convenção constitucional para estender o direito de voto aos negros que haviam lutado no exército da União. Talvez o pronunciamento que forneça a melhor indicação das características que fundamentaram as transformações processadas no pensamento do presidente seja justamente um discurso proferido no último mês de sua vida, quando declarou:

Eu alego não ter controlado os eventos, mas confesso plenamente que os eventos é que me controlaram. Nesse momento, ao fim de três anos de luta a situação da nação não é aquela que qualquer partido, ou qualquer homem projetou ou esperou. Apenas Deus pode reivindicar isso.³⁶

Notas

¹ A pesquisa para este trabalho contou com suporte financeiro do CNPq e da CAPES. Possíveis problemas com a tradução de citações são responsabilidade do autor.

² Abstenho-me aqui de discutir a validade da utilização do conceito de raça. Sigo a discussão tal qual me parece ter sido ela processada pelos atores políticos sublinhados no decorrer deste texto.

³ Entre outros, a coletânea organizada por Roy P. Basler, *The Lincoln Legend: a study in Changing conceptions*. David Donald, *Lincoln's Herndon* e Michael Davis, *The Image of Lincoln in the South*.

⁴ Leon F. Litwack, *Being in the Storm so Long: The aftermath of Slavery*; Richard N. Current, *The Lincoln nobody knows*; Lerone Bennett Jr., “Was Lincoln a White Supremacist?”, em *Ebony*, XXIII, p. 37 e Benjamin Quarles, *Lincoln and the Negro*.

⁵ Para uma crítica à noção de excepcionalismo, ver Thomas Bender, *A Nation among Nations. America's Place in World History*, especialmente "Freedom in an age of nation-making", p. 116-181.

⁶ Thomas Jefferson, *Notes on the State of Virginia*, p. 210.

⁷ Para a relação entre religião e abolicionismo, ver: David Biron Davis, *The Problem of Slavery in the age of Revolution*, especialmente, p. 39-83. Ver, também, Ronal G. Walters, *American Reformers, 1815-1860*, especialmente p. 7-102.

⁸ Thomas Jefferson, *Autobiography, 1743-1790*, p. 44. Este texto foi publicado originalmente em 1821, quando Jefferson estava com 71 anos.

⁹ John Kirk para seu irmão, 13 de março de 1853. Citado em Arvarh E. Strickland, "The Illinois Background of Lincoln's Attitude Toward Slavery and the Negro". In: *Journal of the Illinois State Historical Society*, Volume LVI, número 3, 1963, p. 86.

¹⁰ Discurso de Daniel Webster, 7 de março de 1850. Citado em Harold C. Syrett (org.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*, p. 189.

¹¹ Os estados do Sul incluem: Delaware, Maryland, Distrito de Columbia (Washington), Virginia, Carolina do Norte, Kentucky, Missouri, Tennessee, Carolina do Sul, Georgia, Florida, Arkansas, Alabama, Louisiana, Mississippi e Texas.

¹² Sobre os primeiros anos de Lincoln, ver Benjamin Quarles, *op. cit.*, p. 25-50.

¹³ Elmer Gertz, "The Black Laws of Illinois". *Journal of the Illinois State Historical Society (1908-1984)*, Vol. 56, nº 3, *Emancipation Centennial Issue* (Autumn, 1963), p. 454-473 e Irving Dilliard, "Civil Liberties of Negroes in Illinois Since 1865". *Journal of the Illinois State Historical Society (1908-1984)*, Vol. 56, nº 3, *Emancipation Centennial Issue* (Autumn, 1963), p. 593-624.

¹⁴ Leon F. Litwack. *North of Slavery: The Negro in the Free States, 1790-1860*.

¹⁵ Strickland, *op. cit.*, p. 482.

¹⁶ Thomas Brown, *Politics and Statesmanship: essays on the American Whig Party*, p. 140-142.

¹⁷ Abraham Lincoln, Elogio fúnebre a Henry Clay, 1852. Citado em Roy P. Basler (org.) *The Collected Works of Abraham Lincoln*, vol. II, p. 132.

¹⁸ David Potter, *The Impending Crisis*, p. 27.

¹⁹ A esse respeito ver, John Ashworth, *Slavery, Capitalism and Politics in the Antebellum Republic*. Vol. 2, "The coming of the Civil War", p. 17-45.

²⁰ Blaster, *op. cit.*, vol. II, p. 256.

²¹ Lincoln para Joshua Fry Speed. In: Roy P. Blaster, *op. cit.*, p. 323.

²² Citado em Don E. Fehrenbacher, "Only His Stepchildren: Lincoln and the Negro". In: *Civil War History*, vol. XX, nº 4, 1974, p. 298.

²³ Leronne Bennett Jr. *Op. cit.*, p. 38.

²⁴ Major E. Boney para A. Lincoln, 18 de fevereiro de 1861. Citado em Ira Berlin et al. *Black Military Experience*, Doc. 162, p. 411.

²⁵ George Fredrickson, *The Black Image in the White Mind*, p. xii-xiii.

²⁶ Para um estudo sobre os "unionistas" do Sul ver William W. Freehling, *The South VS. The South: how anti-Confederate Southerners shaped the course of the Civil War*, especialmente p. 47-66.

²⁷ Abraham Lincoln, "Annual Message to Congress, December 3, 1861". Citado em, Don E. Fehrenbacher (ed.), *Abraham Lincoln*, p. 176.

²⁸ Citado em Manoj K. Joshi e Joseph P. Reidy, "To Come Forward and Aid in Putting Down This Unholy Rebellion: The Officers of Louisiana's Free Black Native Guard During the Civil War Era". *Southern Studies*, vol. 21, nº 2, 1983, p. 330. Ira Berlin et al., "The Black Military Experience". In: *Slaves no More. Three Essays on Emancipation and the Civil War*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1992, p. 195.

²⁹ Benjamin C. Howard (org.), *Report of the Decision of the Supreme Court of the United States, and the opinions of the Judges thereon in the case of Dred Scot versus John F. A. Sandford, (Washington: 1857)*. Citado em David M. Osher, *Soldier Citizens for a Disciplined Nation...*, p. 371.

³⁰ Louis Gerteis, *From Contraband to Freedmen. Federal Policy Toward Southern Blacks, 1861-1865*, p. 11-13.

³¹ Leonard P. Curry, *Blueprint for Modern America: Non-Military Legislation of the First Civil War Congress*. Para o comportamento dos representantes republicanos no Congresso ver, Herman Belz, *Emancipation and Equal Rights: Politics and Constitutionalism in the Civil War Era*.

³² Henry W. Halleck para Ulysses S. Grant, 31 março de 1863. Citado em Ira Berlin et. al., *Black Military Experience*, Doc. 50, p. 144.

³³ *The New York Times*, November 21, 1862.

³⁴ Michael Vorenberg, "Abraham Lincoln and the Politics of Black Colonization". *Journal of the Abraham Lincoln Association*, volume 14, número 2, 1993, p. 23-45.

³⁵ Roy P. Blaster, *Collected Works*, volume V, p. 388-389.

³⁶ Citado em Norman A. Graebner (org.), *The enduring Lincoln*, p. 105.

Referências bibliográficas

ASHWORTH, John. *Slavery, Capitalism and Politics in the Antebellum Republic. Volume 2: The Coming of the Civil War, 1859-1861*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.

BASLER, Roy P. *The Lincoln Legend: A Study in Changing Conceptions*. Nova Iorque: Octagon Books, 1969.

_____. *The Collected Works of Abraham Lincoln*. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1953-55.

BENDER, Thomas. *A Nation among Nations: America's place in world history*. Nova Iorque: Hill and Wang, 2006.

BENNETT Jr, Lerone. Was Lincoln a White Supremacist? *Ebony*, XXIII, fevereiro de 1968, p. 35-43.

BERLIN, Ira (editor). *Freedom. A documentary history of emancipation, 1861-1867*. Vol. II: The Black Military Experience. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1982.

_____. *Slaves no More. Three Essays on Emancipation and the Civil War*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1992.

BELZ, Herman. *Emancipation and Equal Rights: Politics and Constitutionalism in the Civil War Era*. Nova Iorque: W. W. Norton, 1978.

BROWN, Thomas. *Politics and statesmanship: essays on the American Whig Party*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1985.

CURRY, Leonard P. *Blueprint for Modern America: Non-Military Legislation of the First Civil War Congress*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1968.

DAVIS, David. *The Problem of Slavery in the age of Revolution, 1770-1823*. Ithaca: Cornell University Press, 1975.

DILLIARD, e Irving. Civil Liberties of Negroes in Illinois Since 1865. *Journal of the Illinois State Historical Society (1908-1984)*, Vol. 56, nº 3, Emancipation Centennial Issue (Autumn, 1963), p. 593-624.

DONALD, David. *Lincoln's Herndon*. Nova Iorque: A.A. Knopf, 1948.

FREDRICKSON, George. *The Black Image in the White Mind. The debate on Afro-American Character and Destiny, 1817-1914*. Hanover: Wesleyan University Press, 1987.

FEHRENBACHER, Don E. Only His Stepchildren: Lincoln and the Negro. *Civil War History*, Vol. XX, nº 4, 1974, p. 293-310.

FREEHLING, William W. *The South against the South: how anti-confederate Southerners shaped the course of the Civil War*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2001.

GERTEIS, Louis. *From Contraband to Freedmen. Federal Policy Toward Southern Blacks, 1861-1865*. Westport: Greenwood Press, 1969.

GERTZ, Elmer. The Black Laws of Illinois. *Journal of the Illinois State Historical Society (1908-1984)*, vol. 56, nº 3, Emancipation Centennial Issue (Autumn, 1963), p. 454-473.

GLATTHAAR, Joseph T. *Forged in Battle: the Civil War alliance of Black soldiers and White officers*. Nova Iorque: Free Press, 1990.

GRAEBNER, Norman A. (org.), *The enduring Lincoln. Lincoln sesquicentennial lectures at the University of Illinois*. Urbana: University of Illinois Press, 1969.

JEFFERSON, Thomas. Autobiography. *Writings. Literary Classics of the United States*. Nova Iorque, 1984, p. 1-102.

_____. Notes on the State of Virginia. *Writings. Literary Classics of the United States*. Nova Iorque, 1984, p. 123-326.

JOSHI, Manoj K. e Reidy, Joseph P., To Come Foreward and Aid in Putting Down This Unholy Rebellion: The Officers of Louisiana's Free Black Native Guard During the Civil War Era. *Southern Studies*, vol. 21, nº 2, 1983, p. 330.

KOLCHIN, Peter. *American Slavery, 1619-1877*. Nova Iorque: Hill & Wang, 1993.

LITWACK, Leon F. *North of Slavery: The Negro in the Free States, 1790-1860*. Chicago: Chicago University Press, 1961.

- LITWACK, Leon F. *Been in the Storm so Long. The Aftermath of Slavery*. Nova Iorque: Vintage Books, 1980.
- OSHER, David. M. *Soldier Citizens for a Disciplined Nation: Union conscription and the construction of the modern American Army*. Tese de Doutorado. Universidade de Columbia, 1992.
- POTTER, David. *The Impending Crisis, 1848-1861*. Nova Iorque: Harper & Row, 1976.
- QUARLES, Benjamin. *Lincoln and the Negro*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1962.
- STRICKLAND, Arvarh E. The Illinois Background of Lincoln's Attitude Toward Slavery and the Negro. *Journal of the Illinois State Historical Society*, volume LVI, número 3, 1963, p. 475-494.
- SYRETT, Harold C. (org). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1960.
- VORENBERG, Michael. Abraham Lincoln and the Politics of Black Colonization. *Journal of the Abraham Lincoln Association*, volume 14, número 2, 1993, p. 23-45.
- WALTERS, Ronald G. *American Reformers, 1815-1860*. Nova Iorque: Hill & Wang, 1998.

RESUMO

O artigo discute a evolução da posição de Abraham Lincoln com respeito à emancipação nos Estados Unidos. Seu pensamento variou da perspectiva colonizadora, na qual os negros livres e os libertos seriam deportados do território norte-americano, para uma posição próxima à integração, na qual os mesmos seriam assimilados com direitos restritos, na sequência à abolição. Três elementos importantes nessa transição foram: as origens políticas de Lincoln no partido Whig. O debate sobre o "solo livre" e a política presidencial durante a Guerra Civil. Nas páginas que se seguem farei uma revisão das principais posições apresentadas pelo debate historiográfico a respeito da influência desses fatores sobre o 16º presidente norte-americano.

Palavras-chave: Abraham Lincoln; escravidão; emancipação; colonização; integração; deportação; Guerra Civil.

ABSTRACT

This article discusses the evolution of Abraham Lincoln's position concerning slave emancipation in the United States. His thinking underwent a transition from colonization, under which freed blacks would be deported from American territory after emancipation, to integration, under which former slaves and freedmen would be assimilated as partial citizens in the American polity. Three important elements in this transition were Lincoln's Whig origins, the debate over free soil, and Presidential politics during the Civil War. In the following pages I review the main arguments in these American historiographic debates from the standpoint of their influence on the 16th American President.

Keywords: Abraham Lincoln; slavery; emancipation; colonization; integration; deportation; Civil War.

Apêndice



Foto 1 – Contrabandos chegando às linhas da União.
Gilder Lehrman Institute of American History.



Foto 2 – Jackson, primeiro como escravo no Exército Confederado; depois como tambor do Exército da União. Em *Forged in Battle*, de Joseph T. Glatthaar.

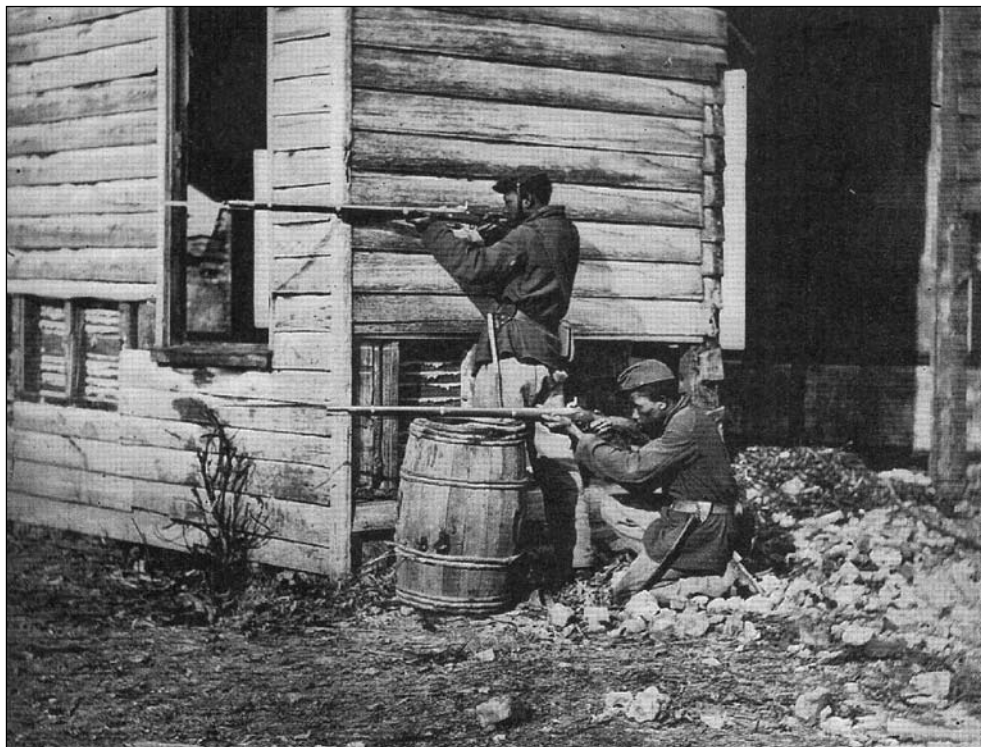


Foto 3 – Soldados Negros na Virginia. Em *Forged in Battle*, de Joseph T. Glatthaar.

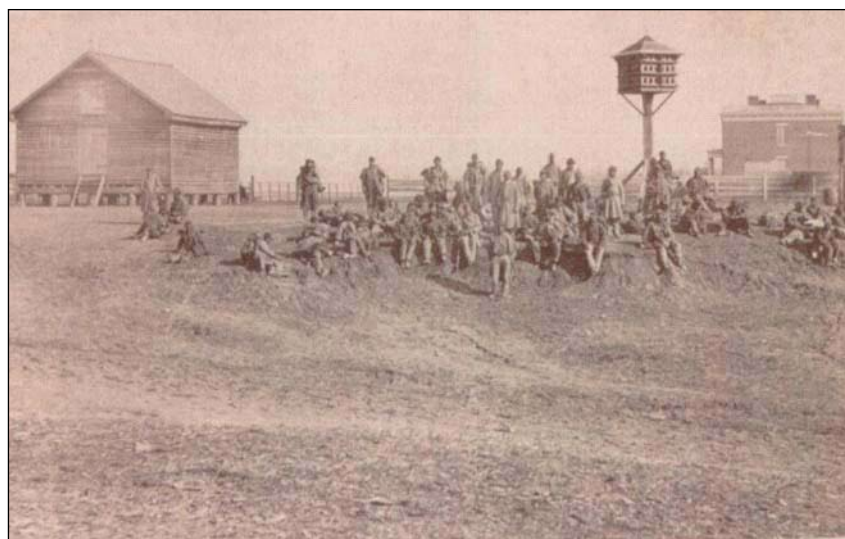


Foto 4 – Soldados Negros no *front*.
Gilder Lehrman Institute of American History.



Foto 5 – Soldados Negros no Tennessee. Gilder Lehrman Institute of American History.